



**FIGURAS DO DISSENSO:
A SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA NA ESTRUTURAÇÃO DE NOVAS
MEMÓRIAS PARA A CIDADE DE BELO HORIZONTE**

Mariana Falcão Duarte

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC MG, Especialista em História da Arte Contemporânea pelo IEC - PUC e mestranda em Arquitetura e

Urbanismo pela UFMG

RESUMO

Neste artigo proponho uma imersão em um fragmento da história da cidade de Belo Horizonte através da análise histórica e política do topônimo da Rua Silvéria Cândida Pinto, localizada no bairro Luxemburgo, situado na zona sul da cidade. Essa investigação traz a tona o desafio de levantar fatos históricos não contados sobre a cidade, quando há relações de predomínio da história oficial - pautada em fatos que exaltam e privilegiam as classes mais abastadas -, sobre a micro história - que revela a indiferença da vida cotidiana vivenciada por grupos ordinários -, cuja importância dentro de uma historiografia oficial foi subestimada pelas instâncias públicas e onde se faz necessário surgir certa inventividade no intuito de criar cenas de dissenso. Desta forma pretendo demonstrar diferentes formas de se ver e viver a cidade, evidenciando visões de mundo distintas, capazes de enriquecer as experiências sociais dos demais habitantes da cidade por trazerem a tona a diversidade de experiências do espaço urbano. Utilizando as perspectivas de análises presentes no planejamento urbano e regional, mescladas ao método etnográfico e historiográfico de levantamento e análise, pretende-se criar aqui um panorama urbano, histórico e político sobre a região onde a via se insere. Partindo de documentos oficiais sobre a origem da rua e do bairro, disponibilizados por museus e instituições responsáveis pela salvaguarda da memória da cidade, além de depoimentos orais de moradores e fotografias vernaculares da época da urbanização da via, esta pesquisa não busca o encontro de uma verdade histórica, mas a criação de uma cena onde as funções e lugares dos personagens são embaralhados e invertidos. O espaço construído à partir da fala dos moradores e das fotografias registradas conformam um território de possibilidades pois juntas, fala e imagem, são capazes de dar a ver histórias pessoais que se chocam com a história oficial e que, por sua vez, evidenciam as formas de visibilidade e aparição da história e a ação das forças hegemônicas sobre a construção da memória coletiva. Apresentamos ainda o pensamento de Jacques Rancière quando este relaciona estética e política, nos aprofundando no conceito de subjetivação política do autor por considerando que o mesmo é capaz de expandir o ideal de democracia e identidade. A configuração de um espaço físico depende do que é material e concreto, e também da rede de relações sociais e de significados que são criadas sobre o próprio espaço. Um estudo morfológico sobre a cidade é uma forma eficiente de descrever aspectos importantes de uma ocupação, mas é indispensável, para um trabalho que deseja levantar aspectos da vida urbana de uma cidade e suas eventuais mudanças, que sejam também consideradas as relações políticas e de alteridade entre moradores e o espaço que habitam. É impossível contar uma história sem que seu passado seja plenamente levantado e ao menos parcialmente esclarecido dentro das limitações de uma pesquisa historiográfica. Estamos também diante de um desafio, que surge ao tentarmos levantar fatos históricos não contados sobre a cidade quando há relações de predomínio da história oficial, pautada em fatos que exaltam e privilegiam as classes mais abastadas sobre a micro história, que revela a indiferença da vida cotidiana vivenciada por grupos ordinários, cuja importância dentro de uma historiografia oficial foi subestimada pelas instâncias públicas e onde é necessário surgir certa inventividade no intuito de criar cenas de dissenso.

Palavras chave:



Memória, história, fotografia, espaço urbano, subjetivação política, identidade, democracia

A DANÇA DOS NOMES

A Câmara de Vereadores tem a função de exercer o poder legislativo dentro do âmbito municipal. Eleitos através do voto direto da população juntamente com o prefeito, os vereadores tem como principal obrigação representar os interesses da população perante o poder público, incluindo fiscalizar os atos do Executivo Municipal, elaborar leis que visem a melhoria de vida da população, atender reivindicações dos habitantes e mediar a relação dos mesmos com o prefeito. Os vereadores tem mandato de quatro anos e podem ser reeleitos inúmeras vezes. Estabelecida à partir do contingente populacional de cada município, a quantidade de vereadores é variável, mas obedece um mínimo de nove e um máximo de cinquenta e cinco eleitos por município. (FRANCISCO, Wagner de Cerqueira. "Vereador"; Brasil Escola)

Dentre as demandas da população que devem ser acolhidas pelos agentes do Poder Legislativo está a solicitação de conceder ou alterar o nome de logradouros públicos. Quando entram em tramitação dentro da Câmara essas solicitações passam pela Comissão de Legislação e Justiça em caráter conclusivo, ou seja, não são submetidas a plenário para votação. Isso garante que esses processos fluam com mais rapidez, diferentemente dos demais projetos que, depois de apresentados, passam por comissões para análise de constitucionalidade e depois vão a plenário para votação em primeiro turno. No caso de haverem emendas, os projetos retornam às comissões e em seguida ao plenário para serem votados em segundo turno. Para finalizar, passam pelo processo de Redação Final e são encaminhados para a sanção do prefeito.

Os requisitos necessários para se denominar os chamados "próprios públicos" - que na prática se referem aos bens pertencentes ao municípios e que incluem às vias públicas de maneira geral compreendendo ruas, avenidas, alamedas, becos, praças, além de prédios sede dos poderes municipais, dentre outros -, são determinados por lei e variam entre as entidades federadas do país. Segundo as disposições preliminares citadas na Lei 5980/91 de Belo Horizonte, em 14 de outubro de 1991, o artigo primeiro descreve que:



"é dever do Poder Público Municipal propiciar à comunidade de Belo Horizonte condições de conhecimento do espaço físico comunal, através de um sistema de nomação e de identificação dos próprios públicos da Cidade"

A seleção de nomes passíveis a designar uma via pública devem se enquadrar em termos específicos, também citados na Lei 5980/91, sendo que um dos quesitos dispõe sobre a possibilidade de homenagear personalidades de importância histórica, em especial, aqueles que de alguma forma participaram da criação da cidade de Belo Horizonte ou tiveram importância no desenvolvimento do Município. É fundamental que seja garantida a unicidade do nome, ou seja, certificar que o mesmo não se repita em outras vias de mesma espécie. A universalidade é outra exigência que garante que todas as vias públicas possuam denominação própria, além da estabilidade, que garante que os nomes escolhidos sejam passíveis de acolhimento e de utilização por parte da comunidade, gerando identificação nos habitantes e inibindo mudanças constantes das denominações.

TOPÔNIMOS DA NOVA CAPITAL DO ESTADO

Estabelecido no início do século XVIII, o arraial Arraial d'El-Rei passou a integrar a comarca do Rio das Velhas, posteriormente denominada Comarca de Sabará, e manteve seu nome original até o ano de 1890. Segundo GOMES (2008, p.18) após a Proclamação da República os moradores decidiram alterar o topônimo do arraial para um nome que representasse melhor os novos ares republicanos, escolhendo assim o nome *Arraial da Bello Horizonte*. De acordo com Francisco Martins Dias, pároco do antigo arraial, o nome do arraial foi alterado "para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse" (DIAS, 1897, p.18). Durante o processo de escolha e implantação da nova capital do estado, foi utilizado pela Comissão Construtora da Nova Capital, a CCNC, o nome Cidade de Minas, por este ser um nome que incorporava todas as expectativas e demandas do governo para a nova capital, que aspirava ser o centro de toda a vida econômica, social e cultural do estado. Mas em 1901 foi sancionada uma lei que oficializava novamente a alteração de Cidade de Minas para Belo Horizonte, já que os habitantes do antigo arraial e da nova cidade só



se referiam à ela através dessa nomenclatura, o que demonstra a importância da aceitação e do acolhimento de um topônimo por parte da população local.

Nos primórdios da implantação do plano de Aarão Reis e após os primeiros vetores de crescimento da cidade no início do século XX, a toponímia original elaborada pela CCNC possuía uma lógica bastante interessante cujo objetivo maior era facilitar o reconhecimento dos espaços e deslocamento dos habitantes dentro da cidade. De acordo com o autor,

Seguindo a direção norte-sul, à partir da já citada Avenida Dezesete de Dezembro, temos ruas com nomes de tribos indígenas, nomes de poetas, dos inconfidentes mineiros e de outros personagens históricos. Na direção leste-oeste, vêm os estados brasileiros e as cidades mineiras. As praças tinham sua denominação inspirada pelas datas históricas do Brasil, de Minas e da cidade. As avenidas vinham com os nomes dos grandes rios brasileiros e de personagens históricos. (...) A planta da cidade era uma verdadeira aula de história e de geografia do Brasil.

Essa ação visou facilitar a distinção, orientação e localização das vias em relação às outras ruas da cidade tirando parte de uma lógica intuitiva. O que poderia facilitar a localização dentro de uma malha urbana ortogonal em muitos momentos gerou certa confusão, já que haviam inúmeros nomes similares e pertencentes a um mesmo contexto, fato previsto, segundo GOMES, inclusive pela toponímia original concebida pela equipe chefiada por Aarão Reis:

Quando uma rua, das que deveriam ser batizadas com o nome de um estado brasileiro, duplicava sua denominação com a de um rio, como Paraná e Amazonas, ela recebia o nome da capital deste estado; no caso, Curitiba e Manaus. (OFÍCIO 1895)

Após esse batismo pela equipe na CCNC alguns logradouros tiveram seus nomes alterados em função de interesses bastante particulares. É possível observar uma segunda tendência na toponímia da cidade, que se tornou bastante comum principalmente nas últimas décadas do século XX: a de homenagear personalidades através da nomeação de ruas. Durante o período da ditadura militar, em especial na década de 1970, inúmeros personagens ligados ao governo, às instâncias de segurança, além de colaboradores do regime militar, se tornaram nomes de ruas, viadutos, escolas e outros prédios



públicos. Isso gerou, décadas após a superação de grande parte das ferramentas de controle social e político, indignação por parte de habitantes da cidade que repudiaram o fato dessas personalidades, ligadas muitas vezes à casos de tortura, se tornarem referenciais urbanos através da designação de ruas da cidade: o que nasceu como um gesto simbólico de destaque e prestígio se transformou em insulto. Atualmente tramita um lei que prevê a proibição da instituição de nomes de pessoas comprovadamente ligadas à atos lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos, em qualquer tipo de espaço público. Na Lei 5980/91 já é vetada a nomeação de via pública em referência à pessoas que tenham sido condenadas criminalmente por praticar atos considerados pela lei como hediondos.

De maneira geral é possível dizer que a toponímia da cidade de Belo Horizonte de algumas décadas para cá tem ilustrado um jogo de poder político que nela se desenvolve. Em cada época da história da cidade os logradouros públicos recebem nomes segundo interesses específicos dos envolvidos. É possível notar que a população, independente de classe social, desconhece os aspectos históricos referentes aos nomes dos próprios públicos da cidade que justificam as nomeações atribuídas (GOMES, 2008). O levantamento dos aspectos que justificam a homenagem no topônimo é fundamental para despertar uma consciência geral que, por sua vez, leve à divulgação de partes da história da cidade.

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES ATRAVÉS DA TOPONÍMIA

A atribuição de um nome próprio a uma rua segue as regras de um protocolo que busca diversificar os nomes das ruas da cidade. Quando determinada área passa por um processo de loteamento suas vias inicialmente recebem designações alfabéticas ou numéricas que simplificam e facilitam a identificação dos logradouros durante o processo de projeto e implementação do loteamento. Mas o batismo de um espaço não é feito apenas para auxiliar no referenciamento e na orientação espacial, trata-se, fundamentalmente, de uma tomada de posse simbólica ou real do espaço (SEEMAN, 2005, pg.209). Passado o primeiro momento, as ruas necessitam receber uma segunda



denominação, desta vez de caráter mais definitivo, para que possam ser identificadas com individualidade e diferenciação em relação à outras ruas da cidade, se tornando assim, parte da identidade dos moradores dos respectivos logradouros, bairros e regiões.

A consciência toponímica não se resume apenas ao reconhecimento espacial, mas ao reconhecimento de identidade ou identidades múltiplas, agregadas em cada topônimo (SEEMAN, 2005, pg.221). Embora os topônimos sejam símbolos de um espaço físico, eles são também índices capazes de sugerir narrativas, já que o ato de nomear um espaço transforma-o simbolicamente em um lugar e, por sua vez, em um espaço com história (SEEMAN, 2005, pg.209). Isto significa que dar nome a um lugar é criar uma "história social do espaço", através da qual uma cultura irá expressar sua presença.

A observação da antroponímia, ou seja, dos nomes de lugares provenientes de pessoas, faz parte de um processo político-cultural (SEEMAN, 2005, pg.207) presente no cotidiano da cidade com potencial de trazer à tona fragmentos históricos pouco divulgados. Os topônimos de vias localizadas no espaço urbano tendem a referenciar personalidades que possuíram relação estrita com a região onde a via está inserida: pertenceram à pessoas que moraram, trabalharam, ou colaboraram de alguma forma com a realização de algum feito relevante na região e, por isso, se tornaram passíveis de terem seus nomes relacionados àquele lugar. Mas é fato que a mesma ferramenta que possibilita homenagear ou referenciar alguém através de um topônimo, é também uma ferramenta de imputação de memórias. Através da nomeação de um próprio público atribui-se uma conexão de alguém com aquele espaço de forma a fortalecer um vínculo, ou até mesmo criar uma relação anteriormente inexistente, o que acaba por trazer uma visibilidade tendenciosa de certos personagens para a memória coletiva da população. É curioso observar que existe um rastro através do nome próprio de uma rua, que pode nos levar a desvelar histórias ou simplesmente constatar a atuação dos aparelhos que exercem o poder e buscam organizar a ordem social e política dentro da cidade. É preciso que haja um olhar atento e crítico capaz de perceber as



minúcias presentes nessa dinâmica, do contrário, as mesmas tendem a permanecer em silêncio.

BELO HORIZONTE

Belo Horizonte foi planejada, projetada e construída para se tornar a nova capital de Minas Gerais. Inaugurada em 1897 e fundada à partir da demolição do antigo Arraial d'El-Rei, com objetivos claros em torno de um projeto político capaz de modernizar o estado, a mudança da capital de Ouro Preto para Cidade de Minas buscou, segundo AGUIAR (2006), polarizar a vida política, administrativa e econômica do Estado. Minas Gerais estaria assim vinculada ao mercado internacional e superaria as desigualdades econômicas entre as diferentes regiões mineiras, minimizando tendências separatistas das regiões mais ricas do estado.

O engenheiro à frente da Comissão Construtora da Nova Capital, a CCNC, e responsável pelos estudos de implantação e projeto da nova cidade, Aarão Reis, recebeu uma lista de itens tidos como imprescindíveis pelo governo do estado, que orientavam a seleção e escolha da área onde seria implantada a nova capital: a nova cidade deveria abrigar de 150 à 200 mil habitantes e possuir uma localização com boas condições de salubridade, abastecimento de água potável abundante, implantação de esgotos facilitada, assim como o escoamento de águas pluviais e drenagem do solo. Outro fator fundamental à área seriam as condições favoráveis para edificação e construção em geral (ARRUDA, 2012), o que sugere que a cidade nasceu de um plano que objetivou uma ordem urbana bastante abrangente.

Quando analisamos a conformação da cidade, sua ocupação e traçado, é normal que sejamos levados a pensar que o planejamento urbano elaborado para a cidade abrangeu apenas a área interna da Avenida do Contorno em função da mesma possuir um traçado regular e geometricamente ordenado. Sua coroa externa, localizada na periferia do centro urbano, é composta por ruas e avenidas tortuosas, quarteirões de formatos variados e arranjo irregular de maneira geral, evidenciando um forte contraste com a conformação da área interna. Supostamente a área externa teria surgido de forma espontânea, à



partir de uma ocupação informal dos espaços, sem que houvesse um planejamento específico para os bairros que a compõe. Entretanto é possível afirmar, através da análise de um diagrama de organização geral da área destinada à Cidade de Minas datado de 1895, que ainda no início de seu planejamento a cidade já havia sido subdividida pela CCNC em três grandes áreas: a área urbana, interna à Avenida do Contorno; a zona sub urbana, que circundava o perímetro da área urbana; e os sítios, situados na zona rural, à noroeste da zona sub urbana, formada inicialmente por terrenos às margens de mananciais de água e outras áreas com potencial para uma futura expansão urbana.

(...) Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m² dividida em quarteirões de 120m x 120m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°.

(...) A zona suburbana, de 24.930.803 m², - em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14m de largura - circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é por sua vez envolvida por terceira zona de 17.474.619 m², reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.

Ofício n/ 26 de 23 de março de 1895, apresentando ao Governo as plantas da cidade. Por Aarão Reis, Engenheiro-Chefe

Através da análise de mapas das primeiras décadas do século XX é possível perceber que, embora tenha havido um projeto da CCNC sugerindo um tipo de ocupação na coroa externa da Avenida Contorno que se resumia em bairros interpostos entre os espaços essencialmente urbanos e os rurais, sua conformação se alterou inúmeras vezes ao longo dos anos, o que culminou numa ocupação diferente do que havia sido pensada no plano original da CCNC de 1895, sugerindo um movimento de deflexão, ou até mesmo ruptura. Os mapas ao longo das décadas apresentam diferentes propostas de loteamentos, com variações nas conformações e nos nomes das ruas e avenidas, fato que pode ser justificado pelo intenso crescimento e



adensamento dos subúrbios em detrimento do crescimento da área central da cidade. Isso se daria em função de um processo de gentrificação, provocado pela alta diferença entre os preços dos terrenos comercializados dentro e fora da zona urbana.

Além da CCNC coordenada por Aarão Reis, havia um segundo organismo do governo mineiro, vinculado à Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que também direcionava e influenciava o planejamento e a ocupação das terras da nova capital. Segundo AGUIAR (2006) em 1891 houveram demandas do chamado Congresso Constituinte Mineiro, que impôs medidas capazes de aquecer a economia da nova capital, modernizando a região através de bases agrárias e garantindo farta mão de obra para a execução das obras de construção da cidade e de sua manutenção. AGUIAR (2006, p.27) cita a existência de documentos oficiais do estado de Minas Gerais que fazem menção às chamadas "colônias agrícolas", descritas como estabelecimentos rurais cuja função seria promover o adensamento de uma região onde pequenos agricultores receberiam lotes de terra sob o compromisso de cultivar o solo.

Com base nos mapas que mostram as diferentes conformações da zona suburbana e nos documentos citados, é fundamental considerar que o planejamento de Belo Horizonte teve início à partir de considerações tanto para a área urbana da cidade quanto para seus subúrbios, um planejamento que originou uma intensa e dinâmica articulação entre as zonas urbana e sub urbana. Considerando que a escravidão havia sido abolida poucos anos antes da inauguração da cidade, uma das medidas descritas nestes documentos visava atrair imigrantes europeus e agricultores brasileiros, fixando-os na região dessas colônias. Através da repartição de terras e colonização, a idéia era implantar, nos subúrbios da nova capital nas áreas referentes ao que a CCNC havia denominado como zonas suburbanas, cinco grandes colônias agrícolas que iriam compor a zona colonial, periféricas ao cinturão da Avenida do Contorno. Desta forma o subúrbio da cidade seria capaz de ofertar aos demais habitantes mão de obra, além de lenhas, tijolos, telhas e hortifrutigranjeiros, produtos que colaborariam para a modernização agrária do



estado e possibilitariam a autonomia do mesmo frente ao governo federal. A zona suburbana foi de fato dividida em cinco grandes colônias, denominadas de Carlos Prates, Américo Werneck, Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Afonso Pena. Essas denominações, embora oficiais, são, segundo AGUIAR (2006), desconhecidas por grande parte da população belorizontina, que não as reconhece como referenciais do espaço da cidade, embora as mesmas ainda sejam mencionadas nos registros oficiais de imóveis pertencentes aos perímetro externo da zona urbana original.

A aquisição de terras nos núcleos coloniais foi realmente facilitada pelo governo, que oferecia a posse das mesmas em troca de parcelas divididas em prazos de sete anos e do empenho dos proprietários na produção agrícola. O governo ainda ofertava auxílio tais como adiantamentos para a aquisição de aves domésticas, fornecimento de viveiros, sementes, mudas de árvores, dentre outros.

Era evidente a intenção de favorecer a ocupação das colônias principalmente por imigrantes europeus, que poderiam colaborar com outras técnicas agrícolas, e também de agricultores brasileiros, incluindo escravos e seus descendentes, o que configurou um cenário, segundo ADELMAN (1974, p.103), do "único grupo considerável de proprietários pertencentes à classe baixa". Essa classificação tende a reforçar a permanência dos "sem-parcela" no grupo dos "sem-parcela", mesmo quando estes passam a se tornar homens e mulheres detentores de títulos. Ainda que estes agricultores tenham deixado de ser parte da "massa de homens sem qualidade, sem título algum, que só tem liberdade como coisa própria" (GUIMARÃES, Comum, ordinário, popular, p.4) e tenham se tornado parte de um grupo de proprietários de terras, este fato ainda não era suficiente para que eles se tornassem emergentes, gozassem de uma posição de destaque na hierarquia social ou tivessem qualquer reconhecimento político dentro da sociedade, fato que justifica a ausência de maiores detalhes sobre seus nomes e suas origens nos documentos oficiais.

O estabelecimento da chamada zona colonial visava a diversificação econômica e a modernização regional, e embora os ideais iniciais tenham sido



alterados, tais ocupações influenciaram de maneira distinta a transformação e configuração dos espaços da cidade. Fatores tais como o desenvolvimento do mercado local e a proximidade do centro urbano, que colocava em contato duas realidades antagônicas e complementares, o campo e a cidade, contribuíram para que os produtos produzidos nas colônias encontrassem destino certo, consolidando a zona colonial como um estabelecimento agrícola dentro da cidade. Mas em função da frustração do governo mineiro frente à suposta modernização agrária que não ocorreu, houve pouco interesse do mesmo para que as mesmas se mantivessem. O empreendimento da zona colonial se mostrou bastante duradouro e promissor nos primeiros anos da nova capital até 1910, quando os núcleos coloniais começaram a ser liberados da tutela do Estado. Até 1911 quatro das cinco colônias foram emancipadas, sendo que a última e mais rural, a ex colônia Afonso Pena, só foi liberada da tutela do Estado em 1920. O que se seguiu até 1935 foi um crescimento e expansão desenfreada da cidade que só foi interrompido em 1941, quando foi apresentado à prefeitura um Plano de Urbanização de Belo Horizonte, considerada a primeira proposta formal de revisão geral do plano original da CCNC.

Os bairros criados após a emancipação das colônias agrícolas e suas respectivas incorporações à zona urbana da capital, seriam fruto das transformações dos espaços rurais das colônias em espaços urbanos, aparentemente arranjados de forma desordenada. Segundo a historiografia da cidade, os bairros externos ao cinturão da Avenida do Contorno teriam sido pensados para receber as camadas mais baixas da população, o que evidencia um planejamento segregador para a cidade. Tal fato agregou à zona suburbana e aos bairros que se originaram posteriormente de sua reconfiguração, condição de espaços destinados à segunda classe, com tímidos investimentos de melhorias e infra estrutura. Os subúrbios, apesar do acelerado adensamento, permaneceram por anos desprovidos de serviços urbanos mínimos, situação oposta à área central da cidade. Esse panorama era resultado de jogos de interesse entre o Estado, a Prefeitura e as iniciativas



privadas, que contribuíram através de ações e omissões, na transformação dos espaços da cidade.

A ex-colônia Afonso Pena, o maior dos núcleos coloniais, ocupava o vale do córrego do Leitão na região centro sul da cidade, incluindo as terras da antiga fazenda do Leitão. Seu traçado era considerado o mais complexo quando comparado com os demais núcleos coloniais, e seu desenho ignorava a declividade íngreme da encosta direita do córrego, na área correspondente ao atual bairro Santo Antônio. Já em seu lado esquerdo, de encosta mais suave e correspondente aos atuais bairros Cidade Jardim, Vila Paris e Luxemburgo, haviam lotes divididos em formatos diversos, que não seguiam nenhum padrão específico, distribuídos ao longo das margens do córrego e dos caminhos que partiam da sede da fazenda do Leitão, sendo que alguns deles ainda podem ser reconhecidos nos traçados das ruas Conde de Linhares e Iraí.

Sua área original possuía 612,3 hectares e era dividida em 89 lotes coloniais, cada um com área média de 6,8 hectares. Parte da área foi ocupada por vilas e favelas nas décadas de 1940 e 1950, criadas à partir da expulsão e deslocamento de moradores de outras favelas da cidade, dinâmica que originou o aglomerado Santa Lúcia, também conhecido como Morro do Papagaio. A favela Alvorada ocupou nos anos de 1950 e 1960 as margens do córrego do Leitão, mas no início da década de 1970 seus moradores foram removidos para que o córrego fosse canalizado e desse origem à Avenida Prudente de Moraes. O núcleo colonial deu origem primeiramente à parte do bairro Santo Antônio e ao bairro Coração de Jesus. Depois vieram os bairros Cidade Jardim, Vila Paris, Luxemburgo, São Bento, Santa Lúcia e Belvedere.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO BAIRRO LUXEMBURGO À PARTIR DE SEU TOPÔNIMO

A história oficial divulgada pelas instâncias públicas acerca da origem do bairro Luxemburgo não especifica uma data precisa de fundação do bairro, embora a denominação da região como "Luxemburgo" só seja notada nos mapas da cidade à partir da década de 1970. Sua criação alude à presença de um imigrante nascido em Steinfort, cidade localizada no Grão-Ducado de



Luxemburgo, um pequeno Estado soberano localizado na Europa Ocidental, entre os países da Bélgica, França e Alemanha, de nome Albert Scharlé. Nascido em 1898, Albert se formou em metalurgia e veio para Belo Horizonte em 1929 para trabalhar na antiga Belgo Mineira, atual Belgo Bekaert Arames, empresa especializada em soluções de arames. Ele adquiriu um terreno situado na antiga ex-colônia Afonso Pena, o que fez com que parte da área pertencente à ex-colônia fosse associada ao seu país de origem, que assumiu assim, a denominação de Luxemburgo.

Algumas fontes (ver Figura 4) dizem que a área fazia com que o engenheiro se recordasse de sua terra natal, outras citam Albert como o próprio fundador do bairro, afirmativa que causa estranhamento já que seu falecimento data de 1956. O que de fato é possível certificar em documentos oficiais, como a "Planta de lotes coloniais nº 13 e 15 da ex colônia Afonso Pena" (ver Figura 3), datada de 1958, é que realmente havia uma área pertencente aos herdeiros de "*Alberto Charlé*" na ex-colônia, correspondente possivelmente à região onde o bairro se formou. Outro documento, um decreto de 9 de julho de 1974, dá a denominação de Engenheiro Albert Scharlé à rua 5 da ex-colônia Afonso Pena, apontando como justificativa sua alta contribuição em prol do desenvolvimento cultural, científico e econômico da cidade, seu valor humano e técnico, além de mencionar que ele ocupou os postos mais importantes na Belgo Mineira, recebeu do Governo Brasileiro a honra de Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e o título de Doutor Honoris Causa outorgado pela Escola de Minas de Ouro Preto. Scharlé era também dono de uma grande área no município de Sabará, próxima à sede da Belgo Mineira, onde foi construída sua casa de campo. Depois de seu falecimento seus herdeiros venderam parte do terreno para uma associação de engenheiros que transformaram a área no Clube Scharlé, onde Albert e sua esposa ainda estão enterrados. A cidade de Sabará também nomeou uma rua e uma escola com o nome do engenheiro, o que não deixa dúvidas que Scharlé era certamente uma personalidade de grande prestígio.

O bairro Luxemburgo, quando citado pelas publicações dos periódicos da cidade, surge representado como um bairro que "tem um nome aristocrático



e sua conformação urbana indica que ali residem pessoas de bom nível financeiro" (Jornal Plenário, Caderno Geral, p. 5, Belo Horizonte, 30/05/96). Embora o idéia divulgada pelos periódicos seja confirmada ao analisarmos o contexto atual do bairro, é notável que sua denominação não é capaz de dar indícios sobre uma parte fundamental de sua origem, calcada na ocupação de humildes agricultores imigrantes ou brasileiros, incluindo descendentes de escravos, na região. É inquestionável a presença de um grande jogo de interesses, provavelmente entre a prefeitura e as iniciativas privadas, que visavam valorizar a área através de uma especulação imobiliária. O bairro Cidade Jardim, vizinho ao Luxemburgo, havia sido criado com o intuito de abrigar a residência de figuras importantes da sociedade belorizontina, o que pode ter influenciado na escolha do nome. Houve um desejo de agregar, através do nome próprio "Luxemburgo", uma referencia à um país cujo panorama físico e social é distinto em muitos aspectos do panorama da área da ex-colônia, criando uma imagem diferente da real ao sugerir um perfil sócio econômico mais elevado. Tal como o apagamento do nome Curral d'El Rei, parece que houve uma intenção de alterar - e até deletar -, qualquer relação com as ocupações originais do bairro, considerando a dificuldade em levantar documentos que confirmam os nomes dos primeiros proprietários de terrenos na área, assim como a própria ausência de especificações relativas à origem dos mesmos, principalmente dos que possuíam origem afrodescendente.

AGUIAR fala sobre uma clara intenção de ignorar a presença de negros na região, considerando que a Repartição de Terras e Colonização não foi muito aberta à instalação de agricultores nacionais, em geral descendentes de escravos, já que eles se interessavam mais na ocupação por imigrantes europeus. Como não houve uma grande corrente migratória, a instituição se conformou em vender lotes para afrodescendentes e, curiosamente, não registraram nos documentos dos lotes a origem étnica dos chamados agricultores nacionais. É no mínimo irônico que um dos bairros a surgirem ali tenha sua origem vinculada a um engenheiro europeu.

A POLÍTICA NA MICRO HISTÓRIA: RUA SILVÉRIA CÂNDIDA PINTO



A origem do bairro Luxemburgo não pode ser contada considerando apenas os documentos divulgados pelo Arquivo Público de Belo Horizonte ou os periódicos da cidade. É necessário trazer à luz outros fatos e personagens ocultados da história oficial, para assim dar outras dimensões à ao que de fato correspondeu à ocupação da área. A intenção é de levantar os diferentes pontos de vista, pois o interesse está "no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história" (BOSI, 1994, p.37). Há, como Walter Benjamin cita em sua tese V contida em "Aviso de incêndio", uma imagem do passado que ameaça desaparecer caso não haja no presente o reconhecimento de seu valor. É necessário fazer surgir uma constelação crítica, à partir de um fragmento do passado em conformação com um momento do presente. GAGNEBIN fala sobre uma

"preocupação de salvar o passado no presente, graças à percepção de uma semelhança que transforma os dois. Transforma o passado porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como a realização possível da promessa anterior - uma promessa que poderia se perder pra sempre, que ainda pode ser perdida se não for descoberta e inscrita nas linhas atuais". (GAGNEBIN, 1985, p.16)

Na tentativa de desenhar essa "constelação salvadora que liga o presente ao passado" (LÖWI, 2005,p.68), e que busca de certa forma redefinir parte da memória oficial do bairro, tomo a palavra de Ivo Dias, morador do bairro Luxemburgo. Sua avó, Silvéria Cândida Pinto, era a proprietária do lote colonial 19 da ex-colônia Afonso Pena. No início da década de 1970, quando a prefeitura re-configurou a última zona colonial ainda restante, a área foi subdividida em terrenos menores para, assim, ser novamente comercializada e adensada. Silvéria Cândida já havia falecido nesta época, e por isso seus filhos receberam quatro terrenos situados em seu antigo lote, dentre eles a mãe de Ivo. Em 28 de setembro de 1978, à partir de uma solicitação do tio de Ivo, a prefeitura decretou e sancionou a lei que alterou o nome da então Rua Três (ver Figura 9) para Rua Silvéria Cândida Pinto, deixando na área um importante indício sobre sua história.

Atualmente Ivo e sua esposa, sua cunhada, viúva de um de seus irmãos, e um sobrinho, são os únicos parente de Silvéria que permanece na área, já



que todos os demais herdeiros venderam seus terrenos e se mudaram para outras regiões da cidade. Tal fato sugere um movimento de resistência de parte da família contra a tendência de migração para outros bairros da capital, algo fortemente influenciado pelo fato dos terrenos herdados se situarem em uma das regiões atualmente mais valorizadas da cidade. O entorno imediato dos terrenos é composto por casas de alto padrão construtivo, possui densa arborização nas calçadas, é abastecido por diferentes linhas de ônibus, conta com inúmeros comércios próximos, dentre eles padarias, supermercados, lojas de roupas, além de escolas e faculdades, o que consolida a área como uma região bem servida em termos de infra estrutura, um panorama bem diferente do que foi descrito por Ivo na época da emancipação das colônias, e que sugere uma mobilização das iniciativas públicas e privadas em prol da valorização da área.

Embora os investimentos realizados após o loteamento da zona colonial indicarem uma melhoria inquestionável na qualidade de vida da população local, principalmente em função da instalação de infra estrutura básica como abastecimento de água, luz e coleta de esgoto, Ivo conta que a rotina na época da ex-colônia era dura, mas agradável. Sua própria permanência na região se deve à sua profunda identificação com o lugar, já que sua história se ata não apenas a sua atual casa, mas também aos espaços do lote colonial 19 tornados públicos após o loteamento, e que ainda guardam suas experiências e vivências. A tendência de migração para outros bairros se mostra sem importância, uma vez que o fundamental para ele é a sua intensa ligação com o lugar, o que explicita uma relação de alteridade, onde os espaços das ruas e quarteirões são tidos como partes fundamentais de seu próprio ser. Ivo é capaz de identificar as nascentes existentes em seu quarteirão que desembocam no córrego do Leitão, se lembra de grandes árvores do terreno, e fala com nostalgia da casa de sua avó, a primeira a ser construída na área, e demolida na época do loteamento.

A política segundo Jacques Rancière é terreno do desentendimento, onde a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. Ela está



profundamente ligada a consistência de uma aparência, a sua capacidade de reconfigurar um dado da realidade, reconfigurando também a própria relação entre aparência e realidade:

"A política é a atividade que reconfigura os marcos sensíveis no seio dos quais se definem objetos comuns. Ela rompe a evidência sensível da ordem natural que destina aos indivíduos e grupos o comando da obediência, a vida pública e privada, assinalando-lhes desde o início tal ou qual tipo de espaço ou de tempo, tal maneira de ser, ver e dizer." (RANCIÈRE, 2010a, p.61)

A política seria a configuração de uma cena onde a "parcela dos sem parcela" reivindicariam um direito de fala e de posição (GUIMARÃES, 2011, p.81). Nessa reivindicação, o que Rancière chama de "partilha do sensível" seria reconfigurado e, assim, o comum de uma comunidade também seria redefinido, já que novos sujeitos e objetos seriam introduzidos e tornariam visíveis o que não era visto, fazendo ouvir o que antes não era ouvido (RANCIÈRE, 2004, p. 38).

Jacques Rancière define a partilha do sensível como:

(...) o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha" (RANCIÈRE, 2009,p.15).

Ela é, antes mesmo de um simples exercício de poder ou uma luta pelo mesmo, "o recorte de um espaço específico de ocupações comuns, o conflito para determinar os objetos que fazem ou não parte dessas ocupações" (RANCIÈRE, 2009, p15), que participam ou não delas. Considerando que a estética já está presente na base da política, já que estar no tempo e no espaço é uma experiência sensível, Ivo se torna um elemento capaz de reconfigurar a história do bairro Luxemburgo a partir da tomada de palavra, pois o processo de criação de dissenso compõe uma estética que faz com que regimes distintos de expressão se comuniquem (RANCIÈRE, 1995, p.88). O compartilhar de sua experiência no espaço do bairro, ato que configura a



partilha de uma micro história que se choca com a história oficial, é capaz de re-dividir e re-definir a partilha do sensível, especialmente porque Ivo, como outros moradores do bairro, não reconhece a relação do bairro Luxemburgo com o nome do país europeu, ou a sua relação com Albert Scharlé. As diferenças acerca da origem do bairro, os dissensos surgidos a partir das diferentes experiências históricas ocorridas naquele lugar, são termos capazes de regular a proximidade e a distância entre os membros da comunidade do bairro.

O espaço que surge quando a história de Ivo se faz conhecer através de sua fala e suas imagens é a inauguração de uma cena polêmica, que embaralha "a repartição estabelecida (...) entre os lugares, as funções e as competências", provocando o dissenso e perturbando as "relações de regimes heterogêneos do sensível" (RANCIÉRE, Política da arte, p. 8), ou seja, desconstruindo a história oficial. Rancière chama essa criação de cenas polêmicas de "subjetivação política", um movimento que ocorre quando Ivo se dispõe a sair do lugar dos "sem fala", dos que detém a voz mas não a palavra, e passa a ocupar o lugar dos que detém a palavra, o logos, manifestando o "útil e o nocivo e, conseqüentemente, o justo e o injusto" (RANCIERE, 1996, p. 17), criando uma emergência dele próprio através da linguagem. A criação de uma cena onde se dá o processo de subjetivação política pode ocorrer também a partir dos registros fotográficos que Ivo fez, já que as fotografias se configuram como substratos capazes de criar uma desidentificação, estranhamento, uma ruptura na unidade histórica do bairro, onde a aparência do que é dado à ver pela fotografia faz emergir o lugar da política (MARQUES, 2014, p.75).

A princípio a identidade de Ivo Dias nos diz que ele é um industrial aposentado, residente no bairro Luxemburgo. Poucos vizinhos sabem do fato de que sua avó materna é quem dá nome à rua onde residem, muito menos que ela era a antiga proprietária de vários quarteirões daquela região. A subjetivação política de Ivo inverte o papel de sua avó na história da fundação do bairro, destinado por uma ordem "policia" instaurada pelos poderes públicos e privados, rompendo com uma ordem discursiva. A partir dessa subjetivação e da possibilidade de reconfigurar a partilha do sensível, a região da ex-Colônia



Afonso Pena deixa de ter sua origem associada apenas à vinda de um europeu a cidade e passa também a ser relacionada à presença de agricultores imigrantes e brasileiros, incluindo ex escravos, na região. Este fato é capaz de produzir desidentificação e ruptura tanto na imagem de Ivo dentro de uma hierarquia social da comunidade do bairro, quanto em relação à parte da origem da cidade de Belo Horizonte. A subjetivação política de Ivo significa que ele está buscando instaurar novas conexões e desconexões entre um lugar de fala e uma identidade fixada pela lógica policial diante da história. A subjetivação busca fazer com que o sujeito, no caso Ivo, se veja livre das "limitações impostas, expressas pelo lugar, papel e nome que recebem na ordem policial, para dizer de seu mundo através do olhar e da alteridade convocadora do rosto"(MARQUES, 2014, p81).

A ex-colônia Afonso Pena foi um lugar onde agricultores brasileiros, descendentes de escravos, imigrantes búlgaros, italianos, ricos, pobres e tantos outros gravaram uma parte importante da história da cidade de Belo Horizonte. Embora a prefeitura tenha agido através de uma política higienista, e a especulação imobiliária tenha predominado na construção do imaginário do bairro, ignorando uma parte tão substancial da história da cidade, esse espaço rural e primitivo, apagado do tecido urbano e ironicamente substituído por uma referência europeia que de fato nada tem a ver com a paisagem original da região, ainda permanece na memória de alguns cidadãos. Ainda que Belo Horizonte seja uma cidade relativamente recente, ela é também uma cidade plural, feita de várias, uma cidade múltipla que precisa se fazer ouvir para, de fato, se conhecer.

As investigações feitas com o intuito de confirmar a história tida como oficial sobre o bairro Luxemburgo evidenciam inúmeras lacunas na história de sua origem, situação típica dos processos da memória. As instituições que acolhem, conservam e disponibilizam ao público o material considerado histórico referente à origem da cidade de Belo Horizonte muitas vezes não conseguem trazer à tona parte dessa história, pois a memória não é plana, possui contornos indefinidos, apresenta dobras que nem sempre são visíveis, e pode se encontrar diante de obstáculos que nem sempre desejam esclarecer



fatos passados. O passado "não se conserva inteiro, como um tesouro, nos receptáculos da memória, mas se constrói a partir de faltas, de ausências" (CASTELLO BRANCO, A traição de Penélope). O gesto de se debruçar sobre o que já se foi "implica um gesto de edificar o que ainda não é, o que virá a ser" (ibdem). A história das ex-colônias agrícolas da cidade são como peças de um quebra cabeça, algumas se perderam, outras se encontram espalhadas nos inúmeros arquivos públicos, ou estão na memória de antigos moradores da cidade. Estas talvez possam vir à tona através da tomada de palavra daqueles que vivenciaram partes dessa história e que talvez desejam um momento para se fazerem ouvir, como no caso de Ivo Dias. É importante que as lacunas historiográficas sejam preenchidas dentro do possível, que sejam levantadas outras identidades e assim seja instaurado "um lugar comum para o questionamento de uma suposta igualdade" (MARQUES, 2011, p.35), que permita aproximações e separações, oposições e justaposições, dentro de uma comunidade política de partilha.

A memória coletiva, quando produzida dentro de uma classe ou sociedade, se alimenta de sentimentos, imagens, valores e ideais capazes de agregar identidade àquele grupo. Ela é freqüentemente articulada por esses fatores, capazes também de moldar a memória individual de quem recorda, mesmo quando quem recorda participou do fato rememorado em questão. A memória oficial, responsável por alimentar a memória coletiva, tende a eleger seus "heróis", num movimento que segue de cima pra baixo, e que culmina em certa redução dos personagens tidos como secundários, já que a memória de cada um dos membros que vivenciou o fato é afetada pelo que a ideologia dominante interpreta. Isso evidencia a forma que a história oficial permeia as consciências individuais, onde a narrativa coletiva é privilegiada dentro de um mito ou ideologia, ressaltando a submissão da mesma ao poder que a transmite e a difunde (BOSI, 2003, p.17). As instituições dominantes que interpretam a história, como as escolas, universidades ou museus, muitas vezes reproduzem as versões oficiais, solidificando o que poderia ser chamado de memória social, que age em sentido oposto à lembrança pessoal.



A memória oral ilustra o que é conhecido pela psicologia social como História das Mentalidades ou História das Sensibilidades (BOSI, 2004, p.15). Quando essa memória tem como fonte a lembrança de velhos, ela se torna um objeto de estudo que é também um mediador entre as testemunhas do passado e as gerações mais recentes. Seu papel é ser um intermediário informal da cultura, em contraponto com os mediadores formais, constituídos pelas instituições que repassam valores e conteúdos constituintes da cultura, e que muitas vezes afastam e vêem como sem importância alguns aspectos do cotidiano denominados micro comportamentos. Quando desejamos constituir crônicas do cotidiano, a memória oral se torna um importante instrumento, pois ela não busca ir contra uma história política hegemônica, mas evidenciar fragmentos desconhecidos. A história, quando se apóia exclusivamente em documentos oficiais, não dá conta das dobras presentes nos episódios ocorridos: a memória oral seria então capaz de evidenciar pontos de vista contraditórios, distintos entre si, que fogem absolutamente de uma unilateralidade, e é justamente aí onde se encontra seu aspecto mais rico.

A cidade, enquanto memória, é a construção simbólica de um modo de ser próprio de uma sociedade, cujas lembranças se atam aos espaços cotidianos e que, quando evocados, contam e compartilham a memória, e oferecem uma dimensão pública à sua própria história (CEMIG, 1997). Não há novo possível sem a história, é preciso haver substrato, um contexto da tradição, para que o novo faça sentido. Entender as formas pelas quais a identidade e a memória se relacionam ao espaço, e as possibilidades de preservação dessas relações, é fundamental para que a cultura das sociedades seja salvaguardada de diferentes formas.

O fato de estarmos juntos num lugar não é garantia de vermos a mesma coisa. Os olhares múltiplos e as palavras advindas das percepções pessoais acerca do que esses olhares vêem é o que dará consistência ao habitar junto, algo de natureza simbólica e invisível, exteriorizado pelo diálogo entre as partes que compartilham a ação de viver e ver juntos.

FOTOGRAFIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HISTÓRIA



Ivo Dias é autor de importantes registros fotográficos que retratam a região do bairro Luxemburgo durante seu processo de loteamento. Suas imagens, que dão visibilidade à sua família e a área do lote colonial em tempos passados, são fotografias vernaculares, imagens do cotidiano de caráter amador. Ao registrar as imagens, a intenção dele era que as mesmas circulassem apenas dentro de seu núcleo familiar, ou seja, é um material íntimo, nunca houve o intuito de que o mesmo fosse divulgado para um público geral mais amplo.

Suas imagens registraram as, áreas arborizadas do antigo lote colonial 19, onde seus filhos brincavam em carrinhos de rolimã, além da antiga residência de Silvéria, feita em estrutura de madeira, tijolos aparentes e telhas de barro, local onde seus familiares se debruçavam nos afazeres de um cotidiano irreconhecível aos olhos de quem observa a área hoje. Em conjunto com seus depoimentos, as imagens de Ivo conformam um outro tempo: criam paisagens de um interior rural e desconhecido, com caminhos de terra e muita vegetação, elementos que conformam um cenário para as histórias que ele conta sobre aquelas terras. Ele descreve os percursos que tinha que fazer à pé até a farmácia mais próxima, situada na praça da estação, quando algum familiar precisava de medicamento, já que a região não era abastecida por nenhum tipo de transporte público. Ou sobre a movimentação de terra que ele observada ser feita com a ajuda de carroças puxadas por burros de carga nos arredores da antiga sede da Fazenda do Leitão, atual Museu Histórico Abílio Barreto. Ivo conta ainda sobre a porteira que demarcava o limite do lote colonial próxima a Rua Gentios, onde a chuva alagava a rua que já não encontrava mais drenagem no solo impermeabilizado após o loteamento.

As fotografias de Ivo são imensamente significativas na atualidade porque são capazes de transformar o passado, dando à ele nova forma. Em contato com a realidade atual, as fotografias tornam legíveis fatos pouco divulgados, praticamente ignorados pela história oficial, evidenciando uma fratura onde se escondem detalhes fundamentais da ocupação da área relativa ao atual bairro Luxemburgo. A micro história, que sobreviveu à despeito de tudo, nos desvia de uma historiografia original, e as imagens que a



acompanham, quando colocadas diante do presente, se tornam capazes de desenhar essa constelação que Benjamin cita, capaz de re-significar o território.

Mirian Moreira Leite, historiadora, socióloga e pesquisadora da USP com vasta experiência em pesquisas fotográficas sobre álbuns de famílias, diz que as fotografias de álbuns de família exigem um deciframento que vai além de sua simples descrição, e que é sempre importante ouvir o que o autor das fotos tem a dizer sobre elas: qual foi a intenção do registro, o que se procurou mostrar? Mirian também fala sobre o potencial das imagens em nos dar uma dimensão espacial, e de como também é fundamental, sempre que possível, construir a dimensão temporal com as fotografias através da análise de um conjunto de imagens, que irão juntas construir esse tempo, revelando outros conteúdos que não aparecerem em análises de fotografia individuais. Normalmente as análises desse tipo de imagem levam em consideração a data dos registros, o tipo de equipamento utilizado, as características sociais, as vestimentas, o contexto da fotografia, se são fotos de estúdio ou externas, fatores que influenciam diretamente na apreensão do conteúdo da imagem.

Quando Ivo realizou os registros nos primórdios do bairro, ele utilizou uma máquina fotográfica portátil e um filme de rolo para registrar a área do antigo lote colonial 19, um tipo de equipamento considerado de baixo custo e que se tornou o grande responsável pela democratização da fotografia no século XX. Tomando os referenciais de Mirian para analisar as fotos de Ivo, percebemos que as imagens como um todo conformam um corpus cuja construção temporal indica um curto período de tempo entre as fotos: os registros de cor sépia, evocam um passado relativamente recente, dá década de 1970. Por se tratar de um equipamento leve e de fácil manuseio, percebe-se uma produção dinâmica de imagens, que gerou composições bastante informais e espontâneas. Na foto da esposa e filhos, ou das crianças junto à casa, percebe-se o cuidado de dispor as pessoas e o entorno imediato de forma equilibrada na composição, situando os fotografados nas terras da antiga colônia que ainda estavam em seu aspecto "natural". Em outras imagens é possível observar grande preocupação em registrar as ruas que haviam



acabado de serem abertas, revelando um grande contraste entre as áreas pavimentadas e os terrenos ainda naturais.

Os objetos que Ivo escolhe fotografar, como a grande palmeira solitária na paisagem, testemunham um espaço e um modo de vida que desapareceram, são os elementos que ele elege como significativos, dignos de serem recordados num momento futuro. Neste contexto se torna ainda mais simbólico a eleição de tantas paisagens para se fixarem nos negativos: as casas antigas, as árvores, as flores, as ruas recém abertas com os terrenos ainda sem limites que gritam hoje a ausência do que foram, do tempo que passou (FONTCUBERTA, 2010) e que atraem o expectador das imagens para um jogo entre estranhamento e significação.

A fotografia é uma atividade capaz de nos definir, abrindo uma dupla via de acesso para o conhecimento e para a auto afirmação, preservando a estrutura de nossa mitologia pessoal. As imagens de Ivo são potências que gritam o que é importante para ele, as terras do lote colonial 19 são o que o definem em sua porção mais íntima. São imagens criadoras de figuras de ausência, não importa tanto o que elas revelam de imediato, pois o mais interessante é estar diante de onde se pode chegar. Através de seu potencial nos damos conta do que é mais fundamental para Ivo: a própria indeterminação das imagens nos convoca à reelaborar e criar novos significados, consolidando as imagens como forças, mais do que meros objetos.

Ivo nunca pretendeu que os conteúdos das imagens fossem apreendidos de uma forma específica, nunca houve uma pretensão ordenadora sobre as formas de se captar possíveis mensagens, mas um livre jogo entre conteúdo e observador, onde as imagens nada solicitam de quem as observa, onde os registros não guardam segredo algum, que nada revelam, pois nada escondem. As visibilidades das fotografias de Ivo evidenciam índices de um modo de vida simples, são aparições que sobrepõem o que é visto com o que de fato havia em essência: suas imagens são dispositivos pelo qual o visível foi capturado (RACIERE, 2008b, p.77). As pessoas e os espaços nas imagens se deixam mostrar e contemplar de forma nua, sem arranjos que camuflam a vida



que seguia ali passando. São imagens-testemunhos, substratos impregnados pelo que a visão sensível de Ivo dos modos de habitar um lugar, depositou nos negativos .(GUIMARÃES, 2016)

As imagens de Ivo são importantes substratos que, quando aliados à história oral contada por ele, se tornam capazes de dar dimensão às características físicas e sociais de um lugar passado, colocando em choque uma micro história e a história oficial. Trazer essas imagens à tona e compartilhá-las com os demais moradores da cidade significa criar novos espaços e tempos, constituindo outras figuras de comunidade, que deslocam as já existentes na ordem estabelecida do mundo (GUIMARÃES, 2011, p.82), pois elas são capazes de perturbar as evidências até então compartilhadas acerca do bairro Luxemburgo. É como validar novas visibilidades, re-configurando os fatos até então tidos como oficiais, restaurando os elos entre os sujeitos e os mundos que habitam, instaurando o dissenso e provocando a ruptura de uma paisagem homogêneas de concordância geral (MARQUES, 2014,p66) instaurada através da divulgação da história oficial do bairro. É necessário que as palavras participem dessa mediação, pois elas são capazes de promover a partilha de uma crença. Apenas no campo da palavras a profundidade poderá ser alcançada. Mais do que a classificação social ou econômica dos fotografados, fatores de análise apontadas por Mirian Moreira Leite, o que interessa de fato aqui é a forma de vida "na qual todos os modos, os atos, e os processos do viver não são nunca simplesmente fatos, mas sempre e antes de tudo, possibilidades de vida ou potências" (GUIMARÃES, Comum, ordinário, popular, p.11).

A construção de sentido à partir das imagens se dará no exercício de se debruçar no que foi produzido, e esse processo não pode ser acelerado e nem subestimado, pois é um processo frágil. A elaboração de conteúdo à partir do que o homem produz deve se dar de forma a extrapolar os limites óbvios que nos aparecem diante dos olhos, indo além do limite que as imagens nos mostram - ou parecem se tornar - num primeiro instante. Precisamos nos permitir adentrar um campo mais ampliado, para assim sermos capazes de compreender e produzir significado. Não importa se quem olha uma imagem,



seja ela uma fotografia ou mapa, compreende todo o sentido imputado ali, o mais importante é deixar as imagens em aberto, com uma destinação indeterminada, para serem reelaboradas livremente.

Tanto a nossa noção do real quanto a essência de nossa identidade individual dependem da memória. A fotografia seria, portanto, uma atividade fundamental capaz de nos definir, abrindo uma dupla via de acesso para a auto afirmação e para o conhecimento. Embora ela não tenha compromisso com a verdade, já que sua margem de indefinição possui um sentido que não pode ser definido a priori (MONDZAIN), ela é uma evidência de que algo esteve diante do aparelho (FONTCUBERTA, 2010). As imagens que trazem à tona a relação com um espaço que já desapareceu, são imagens capazes de levar o observador além de forma muito explícita, pois dão a ver justamente o que não existe mais.

A imagem é promotora de relações de alteridade: ela não é objeto visível, mas a condição do visível, onde os gestos livres dos observadores são possíveis, gerando interpretações pessoais acerca do que se vê. É um desafio escrever sobre o que desapareceu, pois é necessário ao analista das imagens um pensar sobre o vácuo sem bordas, sobre o que é capaz de dilatar a vida, numa busca incessante pelas relações que as imagens, como mediadoras, são capazes de inaugurar.

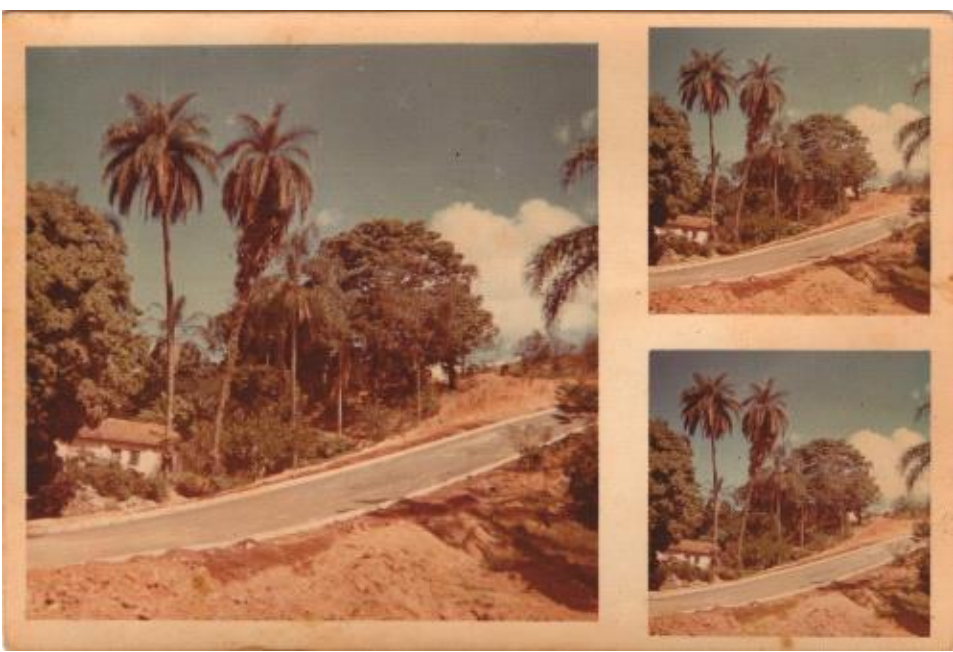


CADERNO DE IMAGENS

RUA SILVÉRIA CÂNDIDA PINTO

AUTORIA: IVO DIAS, INÍCIO DÉC. 70





















BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Tito Flavio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em História) - FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

APCBH. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte : Regional Centro-Sul**. Coordenadores, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro – Belo Horizonte: ACAP-BH, 2008

BARBOSA, Andréa. **Fotografia e memória: Entrevista com Miriam Moreira Leite**. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 13, vol. 20(1+2): 339-354 (2009)

BENJAMIN, Walter. **Gesammelte Schriften V**, 1972, pp. 577, 578

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Tradução Paulo Neves da Silva. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Atêlie Editorial, 2003

CANTINHO, Maria João. **Aby Warburg e Walter Benjamin: a legibilidade da memória**.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **A traição de penélope**. São Paulo: Annablume, 1994



CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, 1: Artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: Cemig, 1997

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: Ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Annablume, 2011.

FONTCUBERTA, Juan. **O beijo de Judas: fotografia e verdade**. São Paulo: Editora Gustavo Gilli, 2010.

GAGNEBIN, J.M. Walter **Benjamin ou a história aberta, prefácio a W. Benjamin, Obras escolhidas I**. São Paulo, Brasiliense, 1985

GUIMARÃES, César. **Imagens da memória: entre o legível e o visível**. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras/ Estudos literários - Fale/UFMG; Ed. UFMG, 1997

_____. **Comum, ordinário, popular: figuras da alteridade no documentário brasileiro contemporâneo**.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de Ruas: Dicionário Toponímico de Belo Horizonte**. 2ª ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2008

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo, 1990

LÖWI, Michael; BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Tradução Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.



MARQUES, Ângela. **Política da imagem, subjetivação e cenas de** dissenso.

Artigo: discursos fotográficos, Londrina, v.10, n.17, p.61-86, jul./dez. 2014

_____. **Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.

MONDZAIN, Marie Jose.

PANAGIA, Davide. **Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière.** Diacritics, v.30, n.2, 2000, p.113-126

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento - política e filosofia.** Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996

_____. **A partilha do sensível: estética e política.** Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.;Ed 34, 2009

_____. **Política da arte.** Tradução Mônica Costa Netto.

_____. **Políticas da escrita.** Rio de Janeiro: ED. 34, 1996

_____. **O espectador emancipado.** São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

_____. **Política de Pedro Costa. In: Cem Mil Cigarros - os filmes de Pedro costa.** Ed. Ricardo Matos Cabo, Lisboa: Orfeu Negro, 2009, p53-63.

_____. **Aux bords du politique.** Paris: Gallimard, 2004a

REIS, Aarão. **Ofício n/ 26 de 23 de março de 1895, apresentando ao Governo as plantas da cidade.**



RISÉRIO, Antônio; GARCEZ, Raul. **Em casa**. Revista Zum n.6. 02/09/2014
<http://www.mapahistoricodigitalbh.com.br/#!oito-analises-do-plano-do-aaroreis/c1ae7> - Acessado em 15/07/2016

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução Rubens Figueiredo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

VERNE, Julio. **Os Quinhentos Milhões da Begum**.

Jornal Estado de Minas, página 15, Classificados, Belo Horizonte. 20/04/2003

Jornal Plenário, Caderno Geral, página 5. Belo Horizonte, 30/05/1196

Jornal "O tempo", página 6. Belo Horizonte, 09/06/2001

Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte, 06/07/1997